

Myanmar: Enviado ONU pede fim das detenções feitas pela Junta
Diario Digital_20 outubro 2007

O enviado especial das Nações Unidas para Myanmar (antiga Birmânia), Ibrahim Gambari, exigiu hoje que a Junta Militar birmanesa interrompa as detenções de opositores e pediu o apoio da Tailândia para resolver a crise no país vizinho. Gambari iniciou na Tailândia uma viagem oficial por vários países da Ásia a fim de obter apoio à iniciativa da ONU de mediação entre o regime militar birmanês e a líder opositora Aung San Suu Kyi, em prisão domiciliária desde Junho de 2003.

«Os relatos de detenções dos líderes estudantis, interrogatórios, e actos de intimidação são extremamente preocupantes e vão contra o espírito do acordo alcançado entre a ONU e Myanmar. Estas acções devem cessar imediatamente», disse Gambari em conferência de imprensa em Bangucoque. Apesar da condenação internacional desencadeada pela violenta repressão das grandes manifestações pacíficas a favor da democracia, as autoridades militares birmanesas prosseguem com uma vasta campanha policial contra a oposição e os cidadãos que participaram nos protestos, encorajados pelos monges budistas.

Pelo menos seis importantes dissidentes foram detidos durante as operações feitas no fim de semana pelas forças de segurança em Rangum e noutras cidades do país. «As Nações Unidas fazem um apelo ao Governo de Myanmar para pôr em liberdade todos os presos políticos, incluindo aqueles detidos durante as manifestações», afirmou o enviado especial da ONU. As autoridades de Myanmar admitiram que 10 pessoas morreram durante as operações e cerca de 2.700 manifestantes foram detidos, embora fontes da dissidência calculem que o número de mortos seja cerca de 200 e o de presos ultrapasse largamente os 6 mil.

«Estou mais preocupado com o que estão a fazer do que com o que dizem», afirmou Gambari, numa alusão aos anúncios feitos pela Junta Militar nas últimas semanas sobre a disposição de estabelecer um diálogo com a Nobel da Paz e líder da Liga Nacional pela Democracia (LND), Suu Kyi. O apelo de Gambari coincidiu com um novo aviso do regime militar, que, mediante um comentário publicado no jornal Nova Luz de Myanmar, reiterou que está determinado a seguir os passos políticos previstos no plano que estabelecerá o que denomina «democracia vigiada».

«Derrubaremos os obstáculos e barreiras que existirem no caminho», salienta o anúncio publicado pelo órgão de propaganda que o Governo birmanês usa para enviar mensagens à comunidade internacional.

Como em ocasiões anteriores, os generais recorreram ao jornal estatal para acusar os países ocidentais de pretender instalar em Myanmar um Governo de acordo com os seus interesses geopolíticos.

«Myanmar situa-se numa área geográfica estratégica. É importante para os líderes das nações ocidentais transformar o país num aliado. Por isso querem instalar um Governo sob a sua influência», acrescenta a nota.

Gambari, que deverá deslocar-se à Malásia, Indonésia, China, Índia e Japão, reuniu-se em Bangucoque com o primeiro-ministro interino da Tailândia, general Surayud Chulanont, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros tailandês, Nitya Pibulsonggram. «É importante procurar o apoio da região para que a ONU regresse o mais rapidamente possível a Myanmar, com o objectivo de oferecer o seu apoio a qualquer tipo de diálogo entre a Junta Militar e a oposição democrática destinado a conseguir a reconciliação nacional», disse Gambari.

A China e a Índia são os maiores aliados de Myanmar, enquanto a Malásia e o Japão estão entre os maiores investidores
Publico_20 outubro 2007

A Praça Marquês de Pombal, em Lisboa, acolhe hoje uma vigília de solidariedade para com os manifestantes pro-democracia na Birmânia. Promovida pela União Budista, em associação com a Amnistia Internacional (AI), a vigília decorrerá entre as 19h00 e as 21h00. A organização pede que cada participante leve uma vela.

Contactado pelo PÚBLICO.PT, o porta-voz da AI, Vítor Nogueira, explica que “o objectivo principal desta acção é pedir o fim dos ataques aos activistas na Birmânia e a libertação imediata das pessoas que foram presas depois de terem participado em manifestações pacíficas”, a menos que sejam acusadas de um crime reconhecido pela lei. Pretende-se, também, a libertação dos mais de 1000 prisioneiros de consciência e uma actuação imediata da Organização das Nações Unidas. Além disso, Vítor Nogueira sublinha que chegaram à AI, em Portugal, pedidos de diversas pessoas no sentido de se fazer algo efectivo “fora do papel”.

Filipe Gomes, da União Budista Portuguesa, diz que “a vigília revela o espírito budista da compaixão e, tal como os monges e a filosofia budista mostram, será sem violência que tentaremos alertar para a mudança daquele sistema político”. Até ao momento, as autoridades birmanesas reconheceram dez mortos, entre os quais o repórter de imagem japonês, Kenji Nagai, que foi atingido quando as tropas dispararam sobre um grupo de manifestantes que estava a cantar.

A Amnistia Internacional acredita que pelo menos 1000 pessoas foram presas só em Rangum, sendo na maioria monges. Também há relatos de detenções noutras cidades do país. A este número, a organização acrescenta as 150 pessoas presas em Agosto no início dos protestos. Várias figuras da Liga Nacional para a Democracia, o principal partido da oposição, e outros activistas estão entre os detidos.

A Amnistia Internacional pede ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para impor um embargo de armas imediato e efectivo ao país. Para Vítor Nogueira, “a evolução da situação vai depender em grande parte da pressão dos parceiros asiáticos, em especial da China que já impediu a condenação dos generais”. O porta-voz da AI alerta para os particularismos da Birmânia, um país com 500.000 deslocados internos, 150.000 refugiados na Tailândia e “um regime de opressão e tortura, onde a defesa e o julgamento são direitos que não existem”.

Os protestos na Birmânia, contra a Junta Militar e, concretamente, contra a violência dos soldados, têm sido liderados por monges budistas. As maiores manifestações ocorreram em Rangum (antiga capital), Mandalay (norte) e Pakokku (centro), e contaram com o apoio de activistas democráticos e de diversos cidadãos contra a repressão vivida há várias décadas. Os monges, jovens na sua maioria, estão na vanguarda do movimento de protesto desencadeado a 19 de Agosto, após aumentos dos combustíveis e dos transportes colectivos.

Em prisão domiciliária desde Junho de 2003, Suu Kyi, à frente do Liga Nacional para a Democracia, venceu as últimas eleições legislativas na Birmânia, em 1990, resultado que nunca foi aceite pela Junta Militar. Os militares governam o país com «mão de ferro» desde 1962. Depois das manifestações, a Junta Militar ameaçou «tomar medidas» contra os monges budistas, segundo os meios de comunicação estatais.

Enviado da ONU pede à Asean mais firmeza com Mianmar
(AFP)_17 outubro

O enviado especial da ONU a Mianmar, Ibrahim Gambari, pediu aos países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) que demonstrem maior firmeza com Mianmar, um de seus membros.

De acordo com uma fonte diplomática que se reuniu com Gambari na Malásia, onde o enviado da ONU chegou na terça-feira, ele "deseja perceber que os governo da Asean estão realmente dispostos a agir para obter uma solução em Mianmar".

"Gambari deseja que a Asean se comprometa realmente e não se contente a publicar comunicados após entrevistas coletivas", acrescentou o diplomata à AFP. Cingapura preside atualmente a Asean, uma associação regional com vocação econômica que deseja consolidar sua influência no cenário internacional. O grupo conta ainda com as participações de Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Vietnã, Mianmar, Brunei, Laos e Camboja.

Gambari faz uma viagem pela Ásia para intensificar a campanha mundial a favor da democratização de Mianmar.

Repressão a monges em Mianmar é "muito mal", diz Dalai Lama
Reuters_16 outubro 2007

Dalai Lama disse nesta terça-feira que as medidas repressivas da junta militar de Mianmar contra monges budistas são "muito más" e o relembram o tratamento da China a tibetanos. O líder tibetano budista, que está em Washington para receber uma comenda do Congresso, ato que irritou a China, disse ter expressado ao presidente George W. Bush gratidão à primeira-dama Laura Bush, que pediu por democracia em Mianmar.

"Quando vi a foto de um monge birmanês, como um monge tibetano, como eu", disse Dalai Lama a repórteres, fazendo uma pausa enquanto apontava para sua túnica e sua cabeça raspada.

"Isso reflete a agressão de monges tibetanos pela China --muito semelhante-- então, assim, naturalmente, eu senti um sentimento muito forte". O presidente Bush encontrou-se com Dalai Lama nesta terça-feira apesar do alerta da China de que os planos dos EUA de homenagear o líder espiritual podem danificar as relações entre Pequim e Washington.

Pelo menos 10 pessoas morreram e muitas foram presas durante a repressão, no mês passado, a protestos pró-democracia liderados por monges budistas. A polícia de Mianmar ainda está invadindo casas e prendendo ativistas. "A junta (militar), eles também são budistas, então logicamente podem seguir os ensinamentos budistas: a não-violência ou compaixão --e bater em um monge é muito mal", acrescentou.

UE fecha acordo para aumentar sanções contra Mianmar
Reuters_15 outubro 2007

Os ministros das Relações Exteriores da União Européia decidiram na segunda-feira reforçar as sanções contra Mianmar em resposta à repressão política da junta militar no país, no mês passado.

Os ministros fecharam um acordo para ampliar as sanções, como a proibição da emissão de vistos e o congelamento de bens de generais, autoridades e familiares, além de tomar novas medidas contra os setores de madeira, metais e pedras preciosas de Mianmar.

"A UE considera necessário aumentar a pressão sobre o regime", disseram os ministros num comunicado emitido depois de uma reunião em Luxemburgo. "Portanto vai adotar um pacote de medidas que não afeta a população em geral, mas que visa os responsáveis pela repressão violenta e pelo impasse político no país." Entre as novas medidas deve estar o veto à exportação de equipamentos para os setores madeireiro e de mineração, além de limitações nas importações e nos investimentos nessas áreas.

O ministro francês Bernard Kouchner disse que as sanções não serão implementadas imediatamente, e que a UE deve mandar uma missão para Mianmar, ex-Birmânia, para pressionar a junta militar a buscar a conciliação nacional. O bloco admite que tem pouco poder de manobra, já que seu comércio com o país é pequeno. Num artigo publicado no International Herald Tribune, Kouchner e o britânico David Miliband disseram que também é necessário pensar num pacote de medidas positivas.

A comissária de Relações Exteriores da UE, Benita Ferrero-Walder, disse ser a favor de adiar a imposição das sanções em apoio à missão do enviado da ONU a Mianmar, Ibrahim Gambarai.

"Ele é o único que tem chance de ter margem de manobra neste momento". Segundo ela, a UE quer a libertação dos prisioneiros políticos e o início do diálogo entre a junta militar e a oposição.

No fim de semana, a polícia de Mianmar prendeu Htay Kywe, um ativista estudantil que vinha fugindo da repressão havia quase dois meses.